

AMAZÔNIA

Como aumentar a renda nas florestas

Raimundo José Pinto
de Belém

A pressão sobre a floresta na Amazônia poderia ser reduzida significativamente se a população rural carente da região — como agricultores familiares, caboclos, ribeirinhos e grupos indígenas, cerca de seis milhões de pessoas —, que detém entre 40% e 50% desses recursos florestais, tivessem acesso a condições técnicas e financeiras. Esses povos, que respondem por uma parte expressiva dos 25 mil quilômetros quadrados que foram desmatados entre agosto de 2001 e agosto de 2002, de acordo com projeção do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), poderiam receber um fluxo permanente de renda da indústria madeireira e oferecer, em troca, uma fonte sustentável de madeira. Esse foi um dos importantes focos de discussão, na sexta-feira passada, em Belém, durante o seminário “Por um programa nacional de florestas social e participativo”, promovido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Um trabalho divulgado pelo instituto sobre as chamadas “florestas familiares”, propõe um pacto sócio-ambiental entre a indústria madeireira e a agricultura familiar na Amazônia. Nele os pesquisadores afirmam que, para alcançar o objetivo proposto, é preciso concentrar os esforços governamentais e não governamentais nas relações entre as populações rurais pobres e as empresas madeireiras. Como maior reserva de madeira tropical

do mundo, a Amazônia tem hoje cerca de 2 mil serrarias, que processam 30 milhões de metros cúbicos de madeira. A abertura de novas estradas e a pavimentação de outras existentes, como a BR-163, a Santarém-Cuiabá, e a exaustão da fonte de madeira tropical do sudeste da Ásia provocarão aumento da área da retirada de madeira na região amazônica. “A pavimentação de estradas reduz o custo de transporte, levando ao rápido aumento das áreas de floresta acessíveis e, conseqüentemente, ao número de espécies exploradas e à intensidade da exploração”, dizem os técnicos.

Incentivo à conservação

A certificação florestal também é apontada como alternativa para a adoção de sistemas de produção sustentáveis. A certificação, além de assegurar mercados alternativos à produção familiar, dizem os pesquisadores, também pode atuar como um incentivo para a conservação das florestas por parte das populações rurais carentes.

Mas mesmo no caso das empresas madeireiras que estão extraindo e processando madeira certificada, seu número tem crescido a passos lentos. São apenas oito, entre as quase 2 mil que operam na região. O elevado custo da certificação é apontado como um dos motivos dessa limitação. Por isso, segundo o pesquisador Eirivelthon Lima, do Ipam, é preciso reduzi-los, para as populações rurais. Uma forma seria a certificação em

grupos, como já vem sendo utilizada em outros países, que permitiria o agrupamento das áreas de floresta das populações rurais carentes sob a responsabilidade de uma única organização. No seminário foram apresentadas experiências de manejo florestal comunitário que vêm sendo desenvolvidas na região. Uma delas, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, no Pará, com assessoria do próprio Ipam.

Algumas famílias estão investindo na produção de móveis artesanais de árvores mortas encontradas na comunidade. A renda mensal obtida com sua venda passou a ser igual aos ganhos anuais com a agricultura. E estão sendo realizados estudos de manejo florestal para que no futuro essas famílias possam utilizar o excedente do crescimento da floresta como fonte de matéria-prima para a produção dos móveis. É também do Pará outra experiência citada no seminário. Um pequeno empresário criou, às proximidades de Santarém, a empresa Manejo Florestal e Prestação de Serviço (Maflops), que permite às famílias assentadas a obtenção de títulos de terra, uma rede de estradas, planos de manejo florestal para cada propriedade e uma média de US\$ 1.500 pela venda de parte de sua madeira à companhia. Seis comunidades, com 360 famílias e com uma área de floresta de 32 mil hectares, entraram em acordo com a empresa, obtendo planos de manejo florestal aprovados pelo governo.